

## CONTRIBUIÇÕES AO DEBATE DA “UNIVERSIDADE POPULAR”

*Diego Augusto Diehl – estudante de Direito da UFPR*

O presente texto tem por função contribuir no debate que vem sendo colocado por setores do movimento estudantil acerca da construção de uma “Universidade Popular”. O Movimento Universidade Popular (MUP) se constituiu em meados de 2007 com base nas lutas dos estudantes contrários ao Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. Estes estudantes, que vêem o REUNI dentro de um contexto mais geral de reforma universitária e reestruturação do ensino superior brasileiro no sentido das “recomendações” inscritas no Consenso de Washington, se viram obrigados a amadurecer uma proposta de Universidade que realmente sirva à classe trabalhadora. Não é tarefa das mais simples, o que não significa que não seja um debate essencial e estratégico para a construção de um programa político pela esquerda brasileira (ou aquilo que sobrou dela...).

Há de se deixar claro inicialmente as fontes utilizadas para esta contribuição ao debate. O presente texto tem como base o “Ensaio sobre a Universidade Popular” produzido por estudantes da UFPR e integrantes do Diretório Central de Estudantes (com o qual vamos dialogar constantemente, para fins didáticos de distinção de certos pontos que são, a nosso ver, de caráter crucial para a compreensão do tema), bem como o texto “A delinquência acadêmica” de Maurício Tragtenberg, e os clássicos “O Estado e a Revolução” de Lênin e “A origem da família, da propriedade privada e do Estado” de Engels.

O início do ensaio sobre a Universidade Popular faz uma pergunta crucial: **O que é universidade e para que ela serve?** A resposta dada foi a seguinte:

*“O Objetivo da Universidade é produzir ciência, que por sua vez busca estudar as leis de mudança que regem os fenômenos partindo de fatos concretos e não das idéias que temos desses fatos para compreender o movimento do real em seu conjunto. Porém, a ciência não é neutra, vem carregada de ideologia e permeada pela ‘consciência’ de quem a produz.”<sup>1</sup>*

Percebe-se neste trecho que é ressaltado não o objetivo **efetivo** da Universidade, mas o objetivo que **deveria nortear** as ações desta. Neste bojo, a ciência também é vista sob a perspectiva de uma ciência que parte da realidade, e não de abstrações e idealismos acadêmicos. Nada há que se objetar à visão do que **deveria ser** a Universidade e qual **deveria ser** a postura da ciência (com as quais concordamos plenamente), porém, enquanto conceito extraído da realidade, dos **fatos concretos**, evidentemente a definição não nos serve.

É preciso entender a Universidade como uma instituição voltada a um determinado fim. Segundo Tragtenberg,

---

<sup>1</sup> Fizemos questão de grifar a função da Universidade apontada, com o cuidado de apresentar o parágrafo como um todo para não recair em maniqueísmos, tratando os autores como ingênuos. O texto na íntegra está disponível em <<http://dceufpr.files.wordpress.com/2008/02/ensaio-universidade-popular-dce-ufpr.pdf>>.

*“A Universidade não é algo tão essencial como a linguagem; ela é simplesmente uma instituição dominante ligada à dominação”<sup>2</sup>.*

Mas o que é esta dominação que se está a falar? Quem é dominador e quem é dominado? Como se dá este processo?

Não há uma resposta genérica a estas perguntas, pois todas dependem de análises essencialmente históricas relacionadas a casos concretos. O que é possível afirmar é que esta dominação é a dominação da Totalidade, composta pela perspectiva material, cultural e social. Portanto, a Universidade, como instituição de dominação, assimila o modo de produção, a cultura e a organização social da sociedade na qual está inserida. Daí a importância da perspectiva histórica que se está a tratar: a Universidade do século XI (quando a primeira instituição foi criada, em Bolonha, na atual Itália) é distinta da Universidade do século XVIII, assim como é diferente da Universidade do século XXI, que é diferente, por sua vez, dependendo da sua localização geográfica e geopolítica.

Ser uma instituição voltada à dominação significa que a Universidade não é um espaço “disputável”? Na verdade, como veremos ao final deste artigo, **a Universidade é sim um espaço de disputa**, porém isto não revoga a **característica essencial** da Universidade, que é a **reprodução do status quo**, por ser uma instituição dominante, controlada pela classe dominante para promover a dominação.

Mas e quanto ao papel de vanguarda da Universidade nas transformações sociais? Na verdade, a Universidade também não está imune às contradições inerentes à luta de classes: as forças hegemônicas e contra-hegemônicas em disputa geram atividades **estruturalmente** de reafirmação do *status quo* (quando muito com algumas reformas, mas que, no geral, mantêm a mesma lógica dominante) e **fragmentariamente** de libertação das classes oprimidas e dominadas.

*“A universidade atual **reproduz** relações de produção tipicamente capitalistas, pois sustenta-se na manutenção da hierarquia, soterrando as práticas que questionam o capital, tais como a solidariedade e a autogestão. Esta Universidade pela qual o movimento estudantil nas últimas décadas vem lutando com a bandeira ‘Publica, gratuita e de qualidade’ é **a universidade do capitalismo**, que serve ao capital e as necessidades da classe dominante, a burguesia”<sup>3</sup>.*

A Universidade no feudalismo é a Universidade do feudalismo. A Universidade no capitalismo é a Universidade do capitalismo. Não é a toa, portanto, que a Universidade atual investe tão pouco em extensão universitária (e quando investe, geralmente é num intuito assistencialista e massificante), que as pesquisas são pautadas pela produtividade e reprodução de capital (o conhecimento visto como mercadoria com valor agregado), e o ensino como a fábrica de mão-de-obra de operadores qualificados à mesma reprodução de capital. Não é a toa que os cursos de Direito formam burocratas para o Estado burguês; não é a toa que os cursos de Medicina formam especialistas em doenças e não provedores de

<sup>2</sup> TRAGTENBERG, M. **A delinquência acadêmica**. In: *Sobre Educação, Política e Sindicalismo*. São Paulo: Editores Associados; Cortez, 1990, 2ª ed. (Coleção teoria e práticas sociais, vol 1).

<sup>3</sup> **Ensaio sobre a Universidade Popular**. P. 2.

saúde; não é a toa que a Educação Física estimula a competitividade ao invés da solidariedade e qualidade de vida; não é a toa que a nutrição tem por função garantir padrões estéticos da sociedade burguesa; etc.

Porém, como foi dito, a Universidade é um espaço que não está imune às contradições. Apenas isto explica a existência de grupos de extensão popular em determinadas áreas de conhecimento, que sobrevivem a custo de muita luta por parte de seus integrantes. O que é importante ressaltar é que estas experiências, de caráter isolado, **não revogam** aquilo que é o papel da Universidade, que é de reproduzir a dominação.

A partir do advento do Estado, não é mais possível discutir a função da Universidade dissociada da função do Estado. Na verdade, a Universidade passa a reproduzir, de forma potencializada, as formas de dominação promovidas pelo Estado. Neste ponto, a contribuição de Engels, citado por Lênin, é de suma importância:

*"O Estado – diz Engels, resumindo sua análise histórica - não é de modo algum uma poder imposto de fora à sociedade; nem é 'a realidade da Idéia moral', nem 'a imagem e a realidade da Razão', como afirma Hegel. É mais um produto da sociedade quando chega a um determinado grau de desenvolvimento; é a confissão de que essa sociedade se enredou em uma **contradição irremediável consigo mesma e está dividida por antagonismos inconciliáveis, e que é importante para resolvê-los. Para que esses antagonismos, essas classes com interesses econômicos em confronto não se devorem a si mesmas e não consumam a sociedade em uma luta estéril, faz-se necessário um poder situado aparentemente acima da sociedade e chamado para amortecer o choque e mantê-los nos limites da 'ordem'. E esse poder, nascido da sociedade, mas que se coloca acima dela e dela se divorcia cada vez mais, é o Estado"***<sup>4</sup>.

Qualquer semelhança com a postura da Universidade não é mera coincidência. A pretensão de neutralidade e universalidade da Universidade se deve ao próprio fato de o Estado se colocar como instituição **aparentemente** acima da sociedade, com o ímpeto (também aparente) de atenuar conflitos e promover a “ordem”. Isto ocorre porque, desde o período de consolidação do Estado burguês, a Universidade deixou de ser um espaço de formação cultural para se tornar um espaço de construção do saber científico, destinado a produção e reprodução de capital<sup>5</sup>.

Esta aparente neutralidade da Universidade, e, afinal de contas, do Estado, esconde aquilo que é a essência destes aparelhos:

---

<sup>4</sup> ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Citado por LENIN, V. I. **O Estado e a Revolução**. Traduzido por Javert Monteiro. São Paulo: Global, 1987. P. 54.

<sup>5</sup> É típico da perspectiva burguesa tratar as universidades da Idade Média como espaços atrasados, reprodutores das trevas medievais. Na verdade, conforme demonstram os historiadores, as Universidades deste período foram bastante ricas em produções artísticas, fortemente inspiradas pelos estudos em teologia e filosofia.

*“O Estado é produto e manifestação do caráter **inconciliável das contradições de classe**. O Estado surge no lugar, na hora e no grau em que as contradições de classe não podem, objetivamente, conciliar-se. E vice-versa.; a existência do Estado demonstra que as contradições de classes são **inconciliável das classes**”<sup>6</sup>.*

E continua Lênin:

*“De um lado, os ideólogos burgueses e especialmente os pequeno-burgueses, obrigados pela pressão de fatos históricos indiscutíveis a reconhecer que o Estado só existe onde existem as contradições de classe e a luta de classes, ‘corrigem’ Marx de maneira tal que o Estado acaba sendo um órgão de conciliação das classes. **Segundo Marx, o Estado não poderia nem surgir nem manter-se se fosse possível a conciliação entre as classes**. De acordo com os professores e articulistas mesquinhos e filisteus – que, a cada passo, benevolentes, invocam Marx –, o Estado acaba sendo precisamente quem concilia as classes. **Segundo Marx, o Estado é um órgão de dominação de classe, um órgão de opressão de uma classe pela outra; é a criação da ‘ordem’ que legaliza e avaliza essa opressão, amortecendo o choque entre as classes**. Na opinião dos políticos pequeno-burgueses, a ordem é precisamente a conciliação das classes e não a opressão de uma classe por outra. Amortecer os choques para eles significa conciliar. Não significa privar das classes oprimidas certos meios e procedimentos de luta para a derrubada dos opressores”<sup>7</sup>.*

Assim como o Estado não é um instrumento de conciliação de classes, a Universidade não é um espaço de produção de ciência. O Estado é um produto do caráter inconciliável do antagonismo de classes, sendo utilizado pela classe dominante contra a classe dominada. A Universidade, que passa a ser um aparelho instrumentalizado pelo Estado, serve à sua lógica promovendo a dominação através da produção de ciência. A diferença entre **“Universidade como produtora de ciência”** e **“Universidade como produtora de dominação através da ciência”** pode parecer mínima a um primeiro momento, mas é crucial para as conclusões que serão tiradas a partir daí.

*“A Universidade Popular deve ter como objetivo final ‘despir’ a ciência do capital de sua suposta neutralidade, e provocar os trabalhadores e filhos da classe trabalhadora a produzir e sistematizar conhecimentos oriundos das suas próprias práticas”.*

---

<sup>6</sup> LENIN, V. I. **o Estado e a Revolução**. São Paulo: Global, 1987. P. 54 – 55.

<sup>7</sup> Idem. P. 55.

*“Trata-se da reapropriação do saber pelos trabalhadores, de desnudá-lo e resgatar seu caráter social e coletivo. Não mais o saber formal ingressado pela instituição escolar: a própria escola precisa ser transformada. Uma educação ‘integral e igualitária’ como condição de auto-emancipação dos trabalhadores e, portanto de toda a sociedade. Tragtenberg esclarece aos espíritos incautos que esta ‘educação integral’ não requer a ‘introdução de artes manuais nas academias, nem de parcializações acadêmicas, trata-se de definir temas a partir de centros de interesses comuns e a estruturação da apreensão do conhecimento se dar como consequência deste processo’”<sup>8</sup>.*

O presente trecho traz com clareza a essência da crítica à Universidade atual e a perspectiva de Universidade Popular vislumbrada. Pois então é preciso atingir o cerne da questão: **a Universidade Popular não é viável dentro do capitalismo**, pois, se fosse, não seria de fato “popular”. Esta afirmação, que pode parecer sem sentido para alguns, é o resultado lógico da instrumentalização da Universidade promovida pelo Estado burguês.

Enquanto “instituição dominante ligada à dominação”, a Universidade cumpre o papel de servir a burguesia, dentro do capitalismo. Só servirá de fato ao povo quando o povo detiver o poder político e econômico, e se tornar a classe dominante. Portanto, a proposta de Universidade Popular não pode fugir do debate acerca do socialismo científico e de seus métodos de instauração, sob pena de se tornar um debate idealista e pouco frutífero em termos estratégicos às organizações populares.

A Universidade foi apropriada pelo Estado burguês enquanto instituição potencializadora do modo de produção capitalista, reproduzindo de forma ampliada seus valores culturais e aprofundando seu quadro social, radicalmente dissociado em classes antagônicas. Eis aí a essência das contradições geradas pelo capitalismo, e que faz com que a divisão da sociedade em classes e o próprio Estado estejam “fadados” à extinção.

*“Agora nos aproximamos com rapidez de uma etapa de desenvolvimento da produção em que a existência dessas classes não só deixa de ser uma necessidade, mas se converte em um obstáculo para a produção. **As classes desaparecerão de um modo tão inevitável como surgiram antes. Com o desaparecimento das classes, desaparecerá, inevitavelmente, o Estado.** A sociedade, reorganizando de um modo novo a produção, baseada na associação livre de produtores iguais, enviará toda a máquina do Estado ao lugar que então lhe corresponderá: o museu de antiguidades, junto à roda de fiar e ao machado de bronze”<sup>9</sup>.*

A muitos pode parecer estranho um trecho de Engels, citado por Lênin, falando da extinção do Estado, mas é exatamente isto: o capitalismo, ao inaugurar a fase mais aguda

<sup>8</sup> **Ensaio sobre a Universidade Popular.** P. 5.

<sup>9</sup> ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado.** Citado por LENIN, V. I. **O Estado e a Revolução.** P. 62.

de contradição entre classes antagônicas em toda a história da humanidade, tem em si o germe de sua própria destruição. O fim da divisão de classes representa o fim do próprio Estado tal qual é concebido. Isto se dá da seguinte forma:

*“O proletariado toma o poder estatal torna os meios de produção propriedade do Estado. Mas, nesse ato, **se destrói a si mesmo como proletariado e destrói toda diferença e todo antagonismo de classes e, com isso, o Estado enquanto tal.** A sociedade, que se moveu até agora entre antagonismos de classes, tem tido necessidade do Estado, ou seja, de uma organização da classe exploradora para manter as condições exteriores da produção e, portanto, particularmente, para manter pela força a classe explorada nas condições de opressão (escravidão, servidão, trabalho assalariado) determinadas pelo modo de produção existente. O Estado era o representante oficial de toda a sociedade, sua síntese em uma instituição visível; porém, o era apenas como Estado da classe que em sua época representava toda a sociedade: na Antiguidade era o Estado de cidadãos escravagistas; na Idade Média, o da nobreza feudal; em nossa época é o da burguesia. **Quando o Estado se converter finalmente em representante efetivo de toda a sociedade, será por si mesmo supérfluo.** Quando não existir nenhuma classe social a ser mantida na opressão; quando desaparecerem, junto com a dominação de classe, junto com a luta pela existência individual, engendrada pela atual anarquia da produção, os choques e excessos resultantes dessa luta, não haverá mais nada que reprimir nem fará falta, portanto, essa força especial de repressão, o Estado. **O primeiro ato em que o Estado se manifesta efetivamente como representante de toda a sociedade – o aprimoramento dos meios de produção em nome da sociedade – é ao mesmo tempo seu último ato independente como Estado.** A intervenção do poder estatal nas relações sociais se tornará supérflua num setor após o outro e adormecerá por si mesma. **O governo sobre as pessoas será substituído pela administração das coisas e pela direção dos processos de produção.** O Estado não será “abolido”: se extinguirá. Partindo daí é que se há de julgar o valor dessa frase que fala do ‘Estado popular livre’, frase que durante certo tempo teve direito à existência como palavra de ordem, porém que, feitas as contas, carece em absoluto de fundamento científico. É também daí que se deve considerar a exigência dos chamados anarquistas, de que o Estado seja abolido da noite para o dia”<sup>10</sup>.*

---

<sup>10</sup> ENGELS, Friedrich. **Anti-dühring**. Citado por LENIN, V. I. **O Estado e a Revolução**. P. 63-64.

O trecho acima deve ser lido e relido com a máxima atenção. A “extinção do Estado” de Engels não se confunde com a “abolição do Estado” dos anarquistas. Segundo o socialismo científico, o Estado se extingue a partir do momento em que não há mais divisão de classes. Esta supressão da divisão de classes apenas pode ser promovida a partir da tomada do poder estatal pelos trabalhadores, e a conseqüente estatização dos meios de produção. Esta medida em si já contém o germe da extinção das classes sociais, pois a burguesia deixa de ser burguesia (pois perde a propriedade dos meios de produção) e o proletariado deixa de ser proletariado (pois não é mais assalariado de uma classe capitalista, mas se torna dono de todos os meios de produção, através do poder estatal).

O que acontece com a Universidade durante este processo? **Na verdade, seu destino é o mesmo do Estado: extingue-se.** O raciocínio é lógico: o Estado, enquanto resultado do processo inconciliável do antagonismo de classes, se extingue ao extinguiem-se as classes antagonicas; **a Universidade, enquanto instituição dominante ligada à dominação, perde a função de ser em uma sociedade sem classes, sem dominantes e nem dominados.**

É importante ressaltar, porém, que a “extinção” do Estado e da Universidade não têm como resultado a criação de um “vazio” político e científico. Quando Engels fala que *“O governo das pessoas é substituído pela administração das coisas e pela direção do processo de produção”*, ele quer dizer apenas que o desaparecimento das classes sociais (aspecto social), o novo modo de produção econômica (aspecto material) e a nova cultura (aspecto cultural) desta nova sociedade fazem surgir organicamente novos processos de administração da vida concreta. O mesmo ocorre nas Universidades, que perderão paulatinamente sua importância diante da ascensão dos trabalhadores enquanto “intelectuais orgânicos”, e a nova sociedade não dependerá de espaços privilegiados de produção científica, pois **toda a educação** será pautada pelo aprofundamento científico e filosófico, a ponto de **todos os espaços** de formação intelectual serem uma espécie de “Universidade”, e todos os trabalhadores, todo o povo em geral, ser uma espécie de “universitário”.

Mesmo enquanto não se chega a tal patamar de progresso em uma dada sociedade (que seria o comunismo, fase superior do socialismo), é importante ressaltar que, com a tomada do poder político pela classe trabalhadora, o Estado já deixa de ser Estado na sua acepção clássica (produto do antagonismo inconciliável das classes) e a Universidade já deixa de ser Universidade (instituição dominante ligada à dominação). A partir deste ponto, dentro da perspectiva dialética do acúmulo quantitativo que remete ao salto qualitativo, a Universidade paulatinamente deixa de ser necessária, e, organicamente, novos espaços de produção de conhecimento e progresso do saber humano vão sendo desenvolvidos, de forma muito mais capilarizada no seio do povo e relacionada com a realidade concreta. É neste ponto que os princípios da Universidade Popular começam a ganhar forma material, porém não mais como Universidade: será outra coisa, bastante distinta, com outros objetivos e novas perspectivas.

Como é possível caminhar no sentido desta “Universidade Popular” (que, como dito, deixa de ser “Universidade”)? Este é o ponto vital do debate estratégico sobre o tema, e é sob o qual devemos nos debruçar com maior cuidado.

Nossas considerações levam em conta aquilo que denominamos “instrumentalização da Universidade pelo Estado burguês”. Neste sentido, a luta pela Universidade Popular é uma luta contra este Estado, o qual apenas pode ser subjugado a partir da tomada do poder estatal por parte dos trabalhadores. A partir deste momento, o que ocorre é a “substituição

das classes dominantes”: o proletariado deixa de ser classe dominada para se tornar classe dominante, e a burguesia deixa de ser classe dominante para se tornar classe dominada. Eis a essência da chamada **ditadura do proletariado**.

*“O Estado é ‘uma força especial de repressão’. Esta magnífica e profunda definição nos é dada por Engels com a mais absoluta clareza. E dela se deduz que a ‘força especial de repressão’ do proletariado pela burguesia, de milhões de trabalhadores por um punhado de ricos, deve ser substituída por uma ‘força especial de repressão’ da burguesia pelo proletariado (a ditadura do proletariado)”<sup>11</sup>.*

*“O proletariado se valerá de sua dominação política para ir arrancando gradualmente à burguesia todo o capital, para centralizar todos os instrumentos de produção nas mãos do Estado, quer dizer, do proletariado organizado como classe dominante, e para aumentar com a maior rapidez possível as forças produtoras”<sup>12</sup>.*

*“A teoria da luta de classes, aplicada por Marx à questão do Estado e da revolução socialista, conduz necessariamente ao reconhecimento da dominação política do proletariado, de sua ditadura, ou seja, de um poder não compartilhado com ninguém e apoiado diretamente na força armada das massas. A derrota da burguesia só pode realizar-se mediante a transformação do proletariado em classe dominante, capaz de esmagar a resistência inevitável e desesperada da burguesia e de organizar para o novo regime econômico todas as massas trabalhadoras e exploradas”<sup>13</sup>.*

O que se percebe a partir dos trechos citados é que a ditadura do proletariado é apenas a fase de transição para a supressão de todas as classes e para a formação de uma sociedade sem classes, conforme a teoria do socialismo científico. O termo “ditadura” tem o sentido de demonstrar que a reação (evidentemente violenta) da burguesia frente ao impulso da classe trabalhadora em socializar os meios de produção exige resposta condizente com o tamanho desta reação.

Para que esta nova sociedade sem classes nasça (e nascerá do seio da velha sociedade capitalista, com todas as contradições que lhe são inerentes) é necessário um árduo processo de **extinção da burguesia** (o que se faz através da abolição da propriedade privada) e **dos valores sócio-culturais da sociedade burguesa** (individualismo, egoísmo, idealismo científico, etc.). Para cumprir com estes objetivos, eis que surge novamente a Universidade: **dentro da ditadura do proletariado, esta instituição dominante ligada à dominação serve à nova classe dominante (o proletariado), com o objetivo de extinguir**

<sup>11</sup> LENIN, V. I. **O Estado e a Revolução**. P. 65.

<sup>12</sup> MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. Citado por LENIN, V. I. **O Estado e a Revolução**. P. 70.

<sup>13</sup> LENIN, V. I. **O Estado e a Revolução**. P. 72.

a **burguesia** (no âmbito do Direito, por exemplo, criminalizando a extração de mais-valia, a acumulação de capital, a apropriação de bens e recursos naturais, extinguindo a propriedade privada, etc.) e de criar novos padrões éticos, científicos e culturais (o que se dá no âmbito do desenvolvimento de todas as ciências humanas, biológicas, exatas, tecnológicas e de saúde).

É importante ressaltar que a ditadura do proletariado, enquanto fase de transição que é (e que pode levar décadas – ou até mesmo séculos – até viabilizar a extinção completa do Estado), impõe limitações que são estratégicas para a manutenção do poder nas mãos da classe trabalhadora. Isto significa que, ao pensar a Universidade Popular, **seus princípios não poderão ser plenamente desenvolvidos neste período de transição**. A educação não será plenamente dialógica, o Direito não será plenamente libertador, a Medicina não privilegiará todos os âmbitos da saúde humana; a Educação Física não poderá desenvolver plenamente a solidariedade e a qualidade de vida. Isto ocorre porque a ditadura de proletariado é um “estado de guerra” contra a burguesia e contra os países imperialistas, o que demanda métodos e organizações de resistência e que se confrontarão continuamente com a lógica da escassez.

Diante destas limitações pode-se afirmar que **a Universidade Popular não é factível durante a fase de transição da ditadura do proletariado**. Junte-se a isto a constatação de que a mesma Universidade Popular **não será necessária na nova sociedade sem classes**, e chegamos a conclusão de que o termo Universidade Popular, apesar de significativo em termos cognitivos, é cientificamente incorreto. Não se intenta aqui mudar nomenclaturas (o termo Universidade Popular é bastante representativo na consciência do povo), mas apenas tratar com o devido rigor científico sobre o papel da Universidade no período de transição até a sociedade sem classes, na qual espaços intelectuais privilegiados não se farão mais necessários.

Chegando a conclusão deste texto, cabe expor algumas conclusões, preocupadas com a célebre pergunta: Que Fazer?

Enquanto síntese de um processo histórico de acúmulo de forças após anos de refluxo no movimento estudantil, as frentes de lutas contra a reforma universitária, e, mais recentemente, o Movimento Universidade Popular são importantes passos no sentido do reasenso do saudoso movimento estudantil combativo. Seus princípios devem ser louvados e eventuais discordâncias devem ser discutidas, em prol do amadurecimento do próprio movimento.

A proposta de Universidade Popular cristaliza o anseio de setores do movimento estudantil em lutar não por reformas na Universidade capitalista (tripé universitário, ensino público, gratuito e de qualidade, etc.), mas por uma Universidade dos trabalhadores e para os trabalhadores, rumando à construção da nova sociedade sem classes.

É por isto que todos sabemos que esta “Universidade Popular” não é possível no capitalismo. Porém, é importante dizer que também não será possível na fase de transição à nova sociedade (a ditadura do proletariado), devido às limitações inerentes a este período histórico. Tampouco será necessária na nova sociedade sem classes, que não dependerá mais de uma instituição como a Universidade, voltada à dominação e à hierarquização de conhecimentos.

Cabe aos militantes pela Universidade Popular levar isto em consideração, construindo os princípios desta nova educação dentro da nova sociedade sem classes, que não mais dependerá da Universidade. **Mas cabe, acima de tudo, formular em conjunto com a classe trabalhadora os princípios e as formas de organização da Universidade**

**no período de transição da ditadura do proletariado, de forma a contribuir no sentido da construção da nova sociedade sem classes.**

Este processo de construção da ditadura do proletariado se inicia muito antes da efetiva tomada do poder estatal pela classe trabalhadora. Se inicia nas atividades de agitação e propaganda, na construção das alianças no seio das organizações populares e na construção coletiva do movimento popular. Não se trata de mera atividade intelectual; pelo contrário, **é acima de tudo uma tarefa prática**, que demanda clareza política e compromisso militante, que não são assim tão comuns hoje em dia no movimento estudantil, mas que continuam sendo, acima de tudo, revolucionários.